



## CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EMPREITADA DE "BENEFICIAÇÃO DO PAVIMENTO DA EN 101 ENTRE O KM 45+700 E O KM 50+450" ADJUDICADA À SOCIEDADE COMERCIAL DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A., DE PALMEIRA - BRAGA [PO 190/2016]** -----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **24 de abril de 2017**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, Chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar de Aldeia, Freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de presidente da referida Câmara Municipal, em representação do **Município de Arcos de Valdevez**, pessoa coletiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na qualidade de representante do **Agrupamento de Entidades Adjudicantes, entre o Município e a sociedade Águas do Norte S.A.**, por Acordo celebrado em 14 de setembro de 2016, e de harmonia com as deliberações camarárias de 13 de março de 2017, que autorizou a celebração do contrato, e de 27 de março de 2017, aprovou a respetiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

**Avelino Gonçalves Teixeira**, titular do cartão de cidadão nº 05807080 0ZY2, válido até 18-01-2021, casado, natural de Fraião, Braga, onde reside na Rua Padre Feliciano, nº 43, que outorga, na qualidade **Administrador**, com poderes para este ato, em representação da sociedade comercial anónima, denominada "**DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.**", com sede na Rua de Pitancinhos, Apartado 208, Palmeira, Braga, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga, com o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva **501 489 126**, com o capital social de € 12.500.000,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respetivo contrato que se regula pelas cláusulas seguintes: -----



----- Primeira -----

A Câmara Municipal, representada do primeiro outorgante, na sua mencionada reunião ordinária de **13 de março de 2017**, deliberou adjudicar, mediante Concurso Público, nos termos do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, doravante designado por CCP, à representada do segundo outorgante, a empreitada de **"BENEFICIAÇÃO DO PAVIMENTO DA EN 101 ENTRE O KM 45+700 E O KM 50+450"**. -----

Pela referida deliberação camarária de 27 de março de 2017 foi aprovada a respetiva minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º, nº 1, do CCP. -----

----- Segunda -----

O preço contratual é de **€ 204.268,65 (duzentos e quatro mil duzentos e sessenta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos)**, a que acresce o Imposto de Valor Acrescentado, à taxa de 6%, da importância de **€ 12.256,12 (doze mil duzentos e cinquenta e seis euros e doze cêntimos)**. -----

----- Terceira -----

Nos termos do disposto no referido Acordo de Agrupamento de Entidades Adjudicantes, celebrado entre o Município de Arcos de Valdevez e a Águas do Norte, S.A., em 14 de setembro de 2016, com vista à formação e execução do presente contrato, o preço contratual será custeado pelo Município na proporção de 65%; e o remanescente do preço, na proporção de 35%, será custeado pela Águas do Norte, S.A., que pagará diretamente ao empreiteiro. -----

----- Quarta -----

A empreitada tem por objeto os trabalhos constantes da respetiva lista contratual de preços unitários, os quais serão iniciados no primeiro dia útil a seguir ao da data da consignação, e concluídos no prazo de **60 dias**, incluindo sábados, domingos e feriados, a contar dessa mesma data. -----

----- Quinta -----

A consignação da obra deverá estar concluída no prazo de **30 dias úteis** após a assinatura deste contrato. -----

----- Sexta -----

A medição dos trabalhos executados far-se-á mensalmente, de acordo com o estipulado no artigo 388º do CCP, sendo os respetivos pagamentos efetuados no prazo de 60 dias, de acordo com o artigo 299º, nº 4, do mesmo Código. -----

----- Sétima -----

O prazo de garantia da obra, durante o qual a representada do segundo outorgante está obrigada a corrigir todos os defeitos da mesma, é o definido no nº 2 do artigo 397º do CCP. -----

----- Oitava -----

Ao incumprimento do contrato são aplicáveis as regras dos artigos 325º e seguintes do CCP. -----

----- Nona -----

As revisões de preços são reguladas pelas disposições do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, sendo efectuadas segundo a fórmula fixada no caderno de encargos que integra este contrato: **F 17 – Pavimentação de estradas**. -----

----- Décima -----

O encargo total deste contrato é o do valor da adjudicação, acrescido das revisões de preços legalmente exigíveis, e do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, sendo a classificação orçamental respectiva, do ano corrente, a seguinte: -----

Classificação orgânica - Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

Classificação económica - **Agrupamento 07** – Aquisição de Bens de Investimento; **Subagrupamento 01** – Investimentos; **Rubrica 04** – Construções diversas; e **Alínea 08** – Viação rural. -----



Classificação Funcional – 33127. -----

----- **Décima Primeira** -----

Pela adjudicatária foi apresentada a Garantia Bancária n.º **GAR/17300562**, emitida em 21-03-2017, pelo **Banco BPI, S.A.**, do valor de € **20.426,87** (vinte mil quatrocentos e vinte e seis euros e oitenta e sete cêntimos) correspondente a 10 % do preço contratual, que fica arquivada com o presente contrato, e destinada a garantir o cumprimento do mesmo, válida até à receção definitiva da empreitada, sem prejuízo da aplicação do regime de liberação da caução previsto no CCP. -----

----- **Décima Segunda** -----

O presente contrato **não está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, designadamente, o Código dos Contratos Públicos, e legislação complementar. -----

----- **Décima Terceira** -----

**1 – Fazem parte integrante deste contrato:** -----

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----
- b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos; -----
- c) O caderno de encargos; -----
- d) A proposta adjudicada. -----

**2 –** Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

**3 –** Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

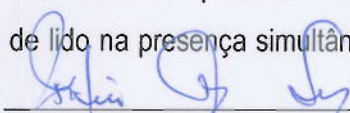
----- **Décima Quarta** -----

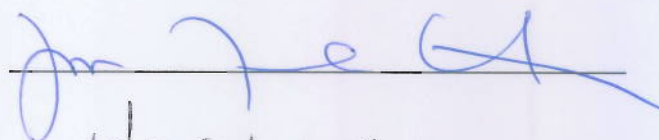
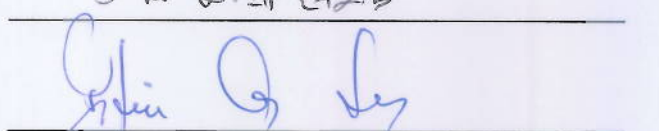
**O segundo outorgante declara aceitar**, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

----- **Décima Quinta** -----

Que se obriga a realizar todos os trabalhos dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos, cumprindo todas as instruções que para esse fim lhe forem transmitidas pelos Serviços da dita Câmara Municipal. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos, que ficam arquivados com o presente contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **05-01-2017**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Braga-1, em **27-03-2017**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Alvará de empreiteiro de obras públicas nº 2846 - PUB, válido por tempo indeterminado; d) Certidão Permanente, com o código de acesso 5284-3316-6345, obtida via Internet, subscrita em **22-11-2013**, e válida até **22-11-2018**, respeitante à matrícula da sociedade, pela qual foram conferidos igualmente os poderes ao segundo outorgante para intervir neste contrato; e) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; f) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar se lavrou o presente contrato que vai ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----

  
-----  
  
-----



Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **49/029/2017**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **15/2017**